



Diário Oficial

ESTADO DE SANTA CATARINA

XC

FLORIANÓPOLIS, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2024

NÚMERO 22256

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO	1	PREFEITURAS MUNICIPAIS	61	MAURICIO GRACIANO DE LIMA, mat. n.º 0918738-3-02, do cargo AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, lotado na PCSC, a contar de 01/01/2024.
GABINETE DO GOVERNADOR	2	Balneário Camboriú.....	61	ATO n.º 566 / 2024
Controladoria-Geral do Estado.....	2	Balneário Piçarras.....	61	FAZER CESSAR , conforme processo n.º PGE 3716, os efeitos do Ato n.º 2744, publicado em 06/09/2023, que colocou à disposição do Ministério da Cultura, BARTIRA BARROS SALMOM DE SOUZA, mat. n.º 0658801-8-02, do cargo ASSISTENTE JURÍDICO, lotada na PGE, a contar de 26/03/2024.
Procuradoria-Geral do Estado.....	2	Bela Vista do Toldo.....	61	ATO n.º 653 / 2024
SECRETARIAS DE ESTADO	3	Braço do Norte.....	61	RECEBER À DISPOSIÇÃO , para atuar na SES, de acordo com o Decreto n.º 336/2019, conforme processo n.º SES 80016/2024, NADIA RENATE DA SILVA, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com ônus da origem, no período de 10/04/2024 a 31/12/2024.
Administração.....	3	Camboriú.....	61	JORGINHO MELLO Governador do Estado
Administração Prisional e Socioeducativa.....	3	Campo Erê.....	61	VÂNIO BOING Secretário de Estado da Administração Cod. Mat.: 989874
Agricultura.....	5	Celso Ramos.....	61	ATO n.º 601 / 2024
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	5	Chapecó.....	61	NOMEAR , de acordo com a Lei n.º 15.115/2010 e conforme processo n.º FESPORTE 563/2024, a pessoa abaixo relacionada, para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONEDE, para completar biênio 2022/2024, a contar de 12/04/2024:
Educação.....	5	Cunha Porã.....	61	REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
CEE – Conselho Estadual de Educação.....	6	Descanso.....	62	*Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE Suplente: PATRÍCIA SILVEIRA NEVES, em substituição a Mirian Dolzan.
Fazenda.....	6	Doutor Pedrinho.....	62	ATO n.º 603 / 2024
Indústria, do comércio e do Serviço.....	18	Içara.....	62	NOMEAR , de acordo com a Lei n.º 16.534/14 e conforme processo n.º SED 65733/2024, a pessoa abaixo relacionada, para compor o Conselho Estadual dos Direitos Humanos - CEDH/SC, biênio 2023/2025:
Infraestrutura e Mobilidade.....	18	Ipuaçu.....	62	REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
Meio Ambiente e da Economia Verde.....	18	Irineópolis.....	62	*SED Suplente: VALDÍCIA ZULMA LUCIANO KLAUSEN, em substituição Cleusa Matiola Petrovic.
Proteção e Defesa Civil.....	18	Itapoa.....	62	ATO n.º 672 / 2024
Saúde.....	19	Ituporanga.....	62	CONCEDER EXONERAÇÃO , de acordo com o art. 169, da Lei n.º 6.745/85, conforme processo n.º SEMAE 733/2024, a DAFNEE CAROLINE CANELLO, mat. n.º 0970116-8-05, do cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, nível DGS-2, da SEMAE.
Segurança Pública.....	21	Jaraguá do Sul.....	63	ATO n.º 673 / 2024
Polícia Militar.....	21	Joinville.....	63	CONCEDER EXONERAÇÃO , de acordo com o art. 169, da Lei n.º 6.745/85, conforme processo n.º SETUR 305/2024, a RENAN ARTUR PRETTO, mat. n.º 0715669-3-02, do cargo de GERENTE DE MARKETING, nível DGS-2, da SETUR, a contar de 20/04/2024.
Polícia Civil.....	22	Morro da Fumaça.....	64	JORGINHO MELLO Governador do Estado
AUTARQUIAS ESTADUAIS	22	Nova Itaberaba.....	64	VÂNIO BOING Secretário de Estado da Administração Cod. Mat.: 989884
IMA – Instituto do Meio Ambiente.....	22	Nova Veneza.....	64	
IMETRO – Instituto de Metrologia.....	22	Papanduva.....	64	
IPREV – Instituto de Previdência.....	23	Porto União.....	65	
JUCESC – Junta Comercial.....	26	Santa Cecília.....	65	
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito.....	26	São Ludgero.....	65	
FUNDAÇÕES ESTADUAIS	49	Seara.....	65	
FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação.....	49	Siderópolis.....	65	
FCC – Fundação Catarinense de Cultura.....	49	Timbó.....	66	
FESPORTE – Fundação Catarinense de Esportes.....	49	Treviso.....	66	
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.....	49	PUBLICAÇÕES DIVERSAS	67	
ECONOMIAS MISTAS	51	ATOS DO PODER EXECUTIVO		
SCPAR – Porto de Imbituba.....	51	O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA , no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes atos:		
SCPAR – Porto de São Francisco do Sul S.A.....	51	ATO n.º 668 / 2024		
CONCURSOS	51	FAZER CESSAR , conforme processo n.º SEA 7353/2024, a disposição para SEA, do servidor ERONILDO CRISPIM DE SOUZA, mat. n.º 0239462-6-01, do cargo TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, lotado na SICOS, efetuada por intermédio do Ato n.º 841, publicado em 27/03/2019, a contar de 02/05/2024. (Republicado por incorreção)		
LICITAÇÕES	52	JORGINHO MELLO Governador do Estado		
Secretarias de Estado.....	52	VÂNIO BOING Secretário de Estado da Administração Cod. Mat.: 989749		
Fundações Estaduais.....	54	O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA , no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes atos:		
Economias Mistas.....	54	ATO n.º 111 / 2024		
CONTRATOS E ADITIVOS	55	FAZER CESSAR , conforme processo n.º DC 3505/2023, os efeitos do Ato n.º 2740, publicado em 06/09/23, que colocou à disposição da SDC,		
Gabinete do Governador.....	55			
Secretarias de Estado.....	55			
Autarquias Estaduais.....	59			
Fundações Estaduais.....	60			
Economias Mistas.....	60			

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)		DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS-Método Indireto PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)														
		Notas	2023	2022	Notas	2023	2022												
ATIVO																			
Circulante																			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	-															
Contas a receber	5	501.508	326.054																
Estoques	6	21.413	20.666																
Outros créditos		4.444	6.462																
Contratos de gestão	3m	1.677.498	-	-															
Total do Ativo Circulante		2.204.863	353.182																
Não Circulante																			
Partes relacionadas	11	6.700	6.700																
Imobilizado – Próprio	7	13.858	12.297																
Total do Ativo não Circulante		20.558	18.997																
Total do Ativo		2.225.421	372.179																
		Notas	2023	2022															
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL																			
Circulante																			
Fornecedores	8	287.049	237.808																
Obrigações trabalhistas	9	375.444	311.546																
Obrigações sociais	10	71.576	52.674																
Obrigações fiscais		25.389	15.548																
Outras contas a pagar		2.445	2.445																
Partes relacionadas	11	14.022	18.293																
Contratos de gestão	3m	1.677.498	-	-															
Total do Passivo Circulante		2.453.421	638.314																
Não Circulante																			
Partes relacionadas	11	806.707	483.836																
Provisão para contingências	12	50.000	-	-															
Total do Passivo não Circulante		856.707	483.836																
Patrimônio Social																			
Patrimônio social		(749.971)	(336.260)																
Déficit acumulado		(334.738)	(413.711)																
Total do Patrimônio Social		(1.084.709)	(749.971)																
Total do Passivo e Patrimônio Social		2.225.421	372.179																
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)																			
<p>1. CONTEXTO OPERACIONAL a. Objetivos Sociais A Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas está habilitada como porte I – opção III pela Portaria 10, de 03 de janeiro de 2017, do Ministério da Saúde. A unidade possui capacidade operacional para 10 (dez) leitos distribuídos entre leitos de observação adulto feminino e masculino e leitos de emergência, o atendimento é voltado exclusivamente ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A Unidade de Pronto Atendimento está situada na Rod. Duque de Caxias, S/N, São Francisco do Sul – SC.</p> <p>b. Contrato de Gestão O contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas foi firmado em 16 de outubro de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato n.º 022/2019, vigente até 30/06/2024. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Âmbito</th> <th>Legislação</th> <th>Publicação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Federal</td> <td>Decreto Federal nº 50.517/61</td> <td>DOU de 23/12/1970</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>Lei Estadual nº 5.341/1969</td> <td>DOE de 19/11/1969</td> </tr> <tr> <td>Municipal</td> <td>Lei Municipal nº 416</td> <td>DOM de 16/08/1967</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde – CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação temporariamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.</p> <p>c. Déficit do exercício de 2023 Em 2023 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 334.738 no exercício. Como consequência, a UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 248.560 em 31 de dezembro de 2023. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação da UPA em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público.</p>								Âmbito	Legislação	Publicação	Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967
Âmbito	Legislação	Publicação																	
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970																	
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969																	
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967																	
<p>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.</p> <p>b. Aprovação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 23 de Abril de 2024.</p> <p>c. Base de Mensuração As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:</p> <p>d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p>3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.</p> <p>a. Caixa e Equivalentes de Caixa São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.</p> <p>b. Estoques São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.</p> <p>c. Imobilizado I. Reconhecimento e Mensuração Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as</p>																			
<p>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras</p> <p>cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.</p> <p>ii. Custos Subsequentes Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.</p> <p>iii. Depreciação A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Taxa Anual de Depreciação - %</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>10%</td> <td>Instalações</td> </tr> <tr> <td>10%</td> <td>Máquina e Equipamentos</td> </tr> <tr> <td>20%</td> <td>Eq. Informática</td> </tr> </tbody> </table> <p>O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.</p> <p>d. Intangível Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.</p> <p>e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.</p> <p>f. Julgamentos e Estimativas A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerir um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.</p> <p>i. Provisões para Riscos Judiciais A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade</p>								Taxa Anual de Depreciação - %		10%	Instalações	10%	Máquina e Equipamentos	20%	Eq. Informática				
Taxa Anual de Depreciação - %																			
10%	Instalações																		
10%	Máquina e Equipamentos																		
20%	Eq. Informática																		
<p>Continua ...</p>																			

Continuação ...		4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		NOSSA SENHORA DA GRAÇA	
		2023	2022	806.707	483.836
de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. Apuração do Superávit/Déficit O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. Reconhecimento de Receitas As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. Patrimônio Líquido Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. Contratos de Gestão Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não representar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.				Total Não Circulante 806.707 483.836	
		Caixa em espécie - -		O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R\$ 14.022 (R\$ 18.293 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.	
		Banco conta movimento - -		12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão. Em 2023 foi constituída provisões referentes aos processos cíveis no montante de R\$ 50.000 conforme demonstrado abaixo.	
		Aplicações financeiras de liquidez imediata - -		2023 2022	
		Total - -		Cível 50.000 -	
		Total 501.508 326.054		Total 50.000 -	
		Total 501.508 326.054		13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	
		Total 501.508 326.054		2023 2022	
		Total 501.508 326.054		Serviços de gestão (179.706) (241.624)	
		Total 501.508 326.054		Energia elétrica (52.745) (61.336)	
		Total 501.508 326.054		Aluguel de máquinas (24.468) (17.937)	
		Total 501.508 326.054		Água e esgoto (6.459) (5.278)	
		Total 501.508 326.054		Provisão para contingências (50.000) -	
		Total 501.508 326.054		Outros (11.126) (15.253)	
		Total 501.508 326.054		Total (324.504) (341.428)	
		Total 501.508 326.054		14. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade de prestação de serviços de saúde, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.	
		Total 501.508 326.054		2023 2022	
		Total 501.508 326.054		Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT 483.911 451.395	
		Total 501.508 326.054		INSS 483.911 451.395	
		Total 501.508 326.054		COFINS 178.489 138.890	
		Total 501.508 326.054		COFINS 178.489 138.890	
		Total 501.508 326.054		Total 662.400 590.285	
		Total 501.508 326.054		15. COBERTURA DE SEGUROS Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.	
		Total 501.508 326.054		16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.	
		Total 501.508 326.054		2023 2022	
		Total 501.508 326.054		Aplicações financeiras de liquidez imediata - -	
		Total 501.508 326.054		Contas a receber 501.508 326.054	
		Total 501.508 326.054		Total ativos financeiros 501.508 326.054	
		Total 501.508 326.054		Fornecedores 287.049 237.808	
		Total 501.508 326.054		Total passivos financeiros 287.049 237.808	
		Total 501.508 326.054		17. GESTÃO DE RISCOS A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros i. Riscos de Liquidez As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou como risco de imagem à Entidade. ii. Riscos de Crédito Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrência de descumprimento.	
		Total 501.508 326.054		18. EVENTOS SUBSEQUENTES Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão n.º 022/2019 estava vigente, com encerramento em 30/06/2024. Em virtude	
		Total 501.508 326.054		2023 2022	
		Total 501.508 326.054		Ativo	
		Total 501.508 326.054		SEDE ADMINISTRATIVA 6.700 6.700	
		Total 501.508 326.054		Total Não Circulante 6.700 6.700	
		Total 501.508 326.054		Passivo	
		Total 501.508 326.054		SEDE ADMINISTRATIVA 14.022 18.293	
		Total 501.508 326.054		Total Circulante 14.022 18.293	
		Total 501.508 326.054		HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL	
		Total 501.508 326.054		Continua ...	

Continuação ...

de perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, não foram realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

São Francisco do Sul - SC, 23 de Abril de 2024.

Rodrigo Fröhlich - Diretor Executivo

CPF: xxx.129.927-xx

Ediane Pacheco Lemos

Contadora

CRC-SP-324161/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Unidade de Pronto Atendimento – Sandra Regina São Francisco do Sul – SC **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – Sandra Regina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – Sandra Regina, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa. A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da recuperabilidade dos saldos. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função

dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 3, chamamos a atenção de que o contrato de gestão contempla a administração do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Graça e da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas Sandra Regina. A UPA atua como retaguarda das atividades de atendimento do contrato de gestão 022/2019, junto à Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul – SC e, em 31 de dezembro de 2023, não possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa, impactando em um capital circulante líquido negativo na ordem de R\$ 248.560. Em 31 de dezembro de 2023, a UPA apresentava patrimônio social negativo na ordem de R\$ 1.084.709. A Administração conjunta do Hospital e UPA entende que as necessidades de caixa da UPA são supridas pelos recursos obtidos do contrato de gestão e mantidos em contas do Hospital, concluindo por não haver riscos de continuidade e/ou necessidade de provisões contingenciais. ii) Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 16, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão conjunto do Hospital e UPA estava vigente até 30 de junho de 2024, por meio do aditivo contratual, entretanto, até a emissão desse relatório, o Ente Público não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. iii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. iv) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 20 de abril de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de abril de 2024.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
 CRC-SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Pivom - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Cod. Mat.: 989646

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

A partir da nova funcionalidade, é possível gerar um extrato somente com seu ato ou matéria desejada, com certificação digital e possível de ser verificado/autenticado via qr-code. Rápido, simples e prático. Agora você vai ter um extrato de publicação totalmente individualizado, contendo somente a publicação desejada."